

ATITUDES REATIVAS E RESPONSABILIDADE EPISTÊMICA

Arthur Lopes

Universidade Federal da Paraíba

Resumo: A concepção da responsabilidade epistêmica sofre com algumas dificuldades teóricas conhecidas, principalmente relacionadas a visões que demandam condições de controle sobre nossas atitudes epistêmicas que não são realmente satisfeitas por nossas capacidades efetivas. Uma possibilidade teórica é a de adotarmos uma visão compatibilista de responsabilidade epistêmica apelando para a noção de atitudes reativas epistêmicas, o equivalente epistêmico das atitudes reativas participantes, atitudes naturais como ressentimento, gratidão, indignação, orgulho, vergonha, etc., que surgem em face de nossa participação em relações interpessoais. Esta noção desempenha um papel crucial na influente visão de Peter Strawson sobre a constituição da responsabilidade moral (1962). Da mesma forma, uma proposta recente de Tollefsen (2017) argumenta que a noção de atitudes epistêmicas reativas pode nos fornecer uma fundamentação simplificada para considerarmos outros epistemicamente responsáveis, a qual tem implicações diretas em nossas visões sobre agência epistêmica e esclarece como as normas epistêmicas podem realmente regular comportamento. Neste artigo, discuto o tipo de compatibilismo em jogo nessa proposta e a defendo de duas preocupações que podem ser direcionadas contra ela: o argumento de que ela não propõe qualquer critério de responsabilidade epistêmica independente de critérios tradicionais, e o argumento de que tal visão reduz normatividade epistêmica meramente à normatividade social.

Palavras-chave: Responsabilidade epistêmica, atitudes reativas, compatibilismo, normas epistêmicas.

Abstract: The conception of epistemic responsibility suffers from some known theoretical difficulties, mainly related to views that demand conditions of control over our epistemic attitudes which are not really satisfied by our actual capacities. One theoretical possibility is to adopt a compatibilist view of epistemic responsibility by appealing to the notion of epistemic reactive attitudes, the epistemic equivalent of participating reactive attitudes, natural attitudes like resentment, gratitude, indignation, pride, etc., that arise in the face of our participation in interpersonal relationships. This notion plays a crucial role in Peter Strawson's influential view on the constitution of *moral responsibility* (1962). Similarly, recently Tollefsen (2017) argued that the notion of epistemic reactive attitudes can provide us with a simplified justification for holding others epistemically responsible, which has direct implications on our views on epistemic agency and clarifies how epistemic norms can actually regulate behavior. In this paper, I discuss Tollefsen's proposal and address some of the concerns that might be directed against it: the argument that it does not really present any conception of epistemic responsibility which is independent of traditional criteria, and the argument that such a view reduces epistemic normativity merely to social normativity.

Keywords: Epistemic responsibility, reactive attitudes, compatibilism, epistemic norms.

A concepção de *responsabilidade epistêmica* lida com alguns desafios teóricos já bem estabelecidos na literatura. Embora possamos tornar evidente que em nossas práticas não apenas responsabilizamos moralmente agentes por seu comportamento, mas também o fazemos de uma perspectiva intelectual, não é claro em que sentido alguém seria responsabilizável de uma forma propriamente *epistêmica*. Mesmo que avaliemos o desempenho intelectual de pessoas em certas situações como passível de mérito ou demérito, isto equivale a responsabilização? Ainda que sim, essas atribuições de responsabilidade são apropriadas? A concepção de responsabilidade tradicionalmente está associada à de *agência*, que por sua vez envolve uma condição de *controle* sobre o comportamento ou estados que são alvos de avaliação. A dificuldade começa na medida em que o controle que estamos dispostos a atribuir a nossas *ações* não é simétrico ao controle que parecemos ter sobre nossas *crenças*. Concepções sobre a natureza de responsabilidade epistêmica, portanto, devem invariavelmente dizer algo sobre a relação entre esta e a aparente ausência ou pouco controle que temos sobre nossa conduta intelectual.

Argumentos influentes sobre a ausência de *controle doxástico* direto, como os de Bernard Williams (1970) e William Alston (1988), moveram a literatura em direção à ideia de *controle indireto*, em especial formas de *controle reflexivo*, na tentativa de salvar a noção de responsabilidade epistêmica. Mas mesmo estas direções encontraram resistências significativas (LEVY, 2007; KORNBLITH, 2002). Uma alternativa teórica está em defender alguma forma de *compatibilismo*, *i.e.*, a ideia de que conceito de responsabilidade epistêmica é independente de uma condição de controle doxástico. Uma defesa nesta direção foi proposta recentemente por Deborah Tollefsen (2017) em uma estratégia que espelha uma influente forma de compatibilismo na literatura moral. Tollefsen argumenta a favor da existência de *atitudes reativas epistêmicas*, o equivalente epistêmico de *atitudes reativas participantes* (*participant reactive attitudes*), uma noção que desempenha papel crucial na visão de Peter Strawson sobre a constituição de responsabilidade moral (STRAWSON, 1962).

Atitudes reativas são atitudes naturais que surgem diante de nossa participação em relações interpessoais, tais como ressentimento, gratidão, indignação, orgulho, vergonha, perdão, etc. Nós estamos em relações interpessoais quando nos importamos se os outros tratam a nós mesmos e terceiros com boa vontade, afeição, estima, ou má vontade, indiferença e desprezo. Essas atitudes são a expressão do quanto nos importamos e são

constitutivas das próprias relações interpessoais. Strawson, no entanto, defendeu que as atitudes reativas são constitutivas não apenas dessas, mas da própria condição de responsabilidade moral. De acordo com ele, um agente ser moralmente responsável significa apenas ser o *alvo apropriado das atitudes reativas* de participantes em relações interpessoais. Dado que nossas práticas ordinárias de responsabilizar os outros incluem suas próprias condições para quando é apropriado direcionar atitudes reativas em relação a alguém, esta visão simplifica muito os requisitos de responsabilidade moral em comparação a visões tradicionais que exigem que o agente satisfaça certo conjunto de requisitos objetivos independentes de nossas práticas reais. Da mesma forma, o compatibilismo endossado por Tollefsen aposta que a noção de atitudes epistêmicas reativas pode nos fornecer uma defesa mais simples para a ideia de que pessoas podem ser consideradas responsáveis por suas atitudes epistêmicas; de uma forma virtualmente independente da ideia de agência epistêmica, ao menos como tradicionalmente compreendida, além de ajudar a esclarecer como normas epistêmicas podem efetivamente regular o comportamento intelectual. Neste artigo, discuto a proposta de Tollefsen e, em sua defesa, abordo algumas das preocupações que podem ser direcionadas contra ela. Nas duas primeiras seções eu apresento as noções e propostas básicas dessa abordagem, e nas duas últimas seções eu lido com duas possíveis objeções contra ela.

Atitudes reativas e responsabilidade moral

Discussões tradicionais sobre responsabilidade moral possuem uma premissa em comum sobre como entender esta condição. *Deterministas e libertários*, por exemplo, compartilham a mesma ideia básica de que responsabilizarmos alguém por uma determinada ação é algo que se baseia no julgamento ou crença fundamental de que o agente satisfaz certas condições objetivas que o tornam responsável. Isto é o mesmo que dizer que só há sentido em culpar ou exaltar alguém na satisfação de tais critérios, pois eles fazem parte da própria maneira como entendemos o que significa ser moralmente responsável. Por exemplo, de acordo com deterministas e libertários, há racionalidade ou justificativa em julgar alguém culpado ou digno de mérito apenas se *uma condição metafísica de liberdade* for atendida, ou ainda, de acordo com compatibilistas e consequencialistas, se uma *condição de eficácia* sobre as consequências de culpar e exaltar for atendida. Strawson (1962) forneceu uma visão alternativa a essa premissa ao negar que a justificativa de

nossas práticas de culpar e elogiar repousa em critérios objetivos como esses. Ele argumentou que deveríamos nos concentrar em nossas próprias práticas ordinárias de responsabilizar os outros, pois um olhar cuidadoso revela que, em primeiro lugar, nenhuma falha de liberdade metafísica ou eficácia consequencialista pode fazer com que nos abstenhamos dessas práticas e, em segundo lugar, que elas não têm nenhuma relevância sobre a questão da prática ser justificada ou não. A existência de atitudes reativas participantes é crucial para compreender esses dois pontos.

Se um amigo meu por acaso derrubar a pilha de papéis que estou carregando e não demonstrar qualquer preocupação com minha angústia diante disso, ou se eu ver um homem furando uma fila em frente de um idoso indefeso, estarei sujeito a certas reações naturais. Sentirei raiva ou ressentimento em relação ao meu amigo e ficarei indignado com o homem da fila. Reações como essas surgem naturalmente dadas as expectativas que mantemos ao participarmos de relações interpessoais e nosso compromisso de participar dessas relações tem raízes profundas demais “para levarmos a sério o pensamento de que uma convicção teórica geral pode mudar tanto o nosso mundo que, nele, não haveria mais coisas como relacionamentos interpessoais como normalmente os entendemos” (1962, p. 10)¹. Uma verdade metafísica sobre termos ou não controle sobre nossas próprias atitudes, por exemplo, não poderia nos impedir de nos relacionar com outras pessoas, pois estar em relacionamento interpessoal é simplesmente “estar exposto à gama de atitudes e sentimentos reativos em questão” (p. 10)².

Portanto, em nossas práticas reais, o ato de responsabilizar alguém é em parte constituído por atitudes reativas. Elas surgem naturalmente de nossas expectativas em relação ao comportamento dos outros e de nós mesmos, e para cancelar nossas atribuições de responsabilidade precisaríamos também cancelar atitudes como ressentimento, gratidão, vergonha, indignação, etc. Dada nossa constituição psicológica, no entanto, isto é simplesmente implausível. Claro, não podemos dizer que uma prática é justificada pelo fato de ser inevitável. Todavia, há mais a observar quanto a nossas práticas de responsabilização.

Existem circunstâncias em que realmente *restringimos* ou *diminuímos* nossas atitudes reativas. Se eu descobrisse que meu amigo estava na verdade sofrendo um ataque de pânico quando derrubou meus papéis, eu o isentaria de

¹“(…) for us to take seriously the thought that a general theoretical conviction might so change our world that, in it, there were no longer any such things as inter-personal relationships as we normally understand them”.

²“(…) being exposed to the range of reactive attitudes and feelings that is in question”.

meu ressentimento. Se eu descobrisse que o idoso é emocionalmente instável e intencionalmente ficou parado enquanto a fila andava para irritar as pessoas atrás dele, minha indignação com relação ao sujeito que furou a fila diminuirá, mas não desaparecerá por completo caso ele ao se colocar à frente do idoso também tenha passado para trás outras pessoas que antes estavam à sua frente aguardando o idoso. De qualquer forma, nessas circunstâncias ainda vemos o agente como nada menos do que “um agente totalmente responsabilizável (...) Elas não sugerem que o agente seja de alguma forma um objeto inadequado desse tipo de demanda por boa vontade ou consideração” (p. 7)³. Acontece que esses agentes não estão *fora* das demandas colocadas por nossas expectativas. Eu continuo colocando meu amigo sob as mesmas expectativas de consideração e cuidado, e eu continuo esperando que terceiros respeitem regras sociais básicas.

É verdade que podemos isentar um agente de nossas atribuições de responsabilidade nesse sentido mais forte e definitivo, mas em um tipo diferente de circunstância. Se o idoso na fila não fosse apenas emocionalmente instável, mas incapacitado de forma duradoura, eu deveria assumir o que Strawson chama de *postura objetiva* (*objective stance*) em relação a ele. Percebo que esse homem não seria o alvo adequado de minhas atitudes reativas, ou de qualquer outra pessoa, justamente porque não pode participar adequadamente de relações interpessoais, ao menos como normalmente as entendemos. Não é apropriado imputá-lo às expectativas que aplicamos a outros agentes. Além disso, embora possa impulsivamente sentir raiva caso ele venha até mim e me dê um empurrão, digamos, sou capaz de assumir uma postura objetiva e restringir minhas atitudes reativas em relação a ele, mesmo que não exatamente no momento de sua ação.

O que essas observações revelam é que nossas práticas de responsabilizar os outros têm sua própria justificação *interna*. Quando é apropriado ou descabido enaltecer ou culpar alguém ao lhe dirigir nossas atitudes reativas é algo determinado por critérios internos à própria prática relevante. É assim que Strawson defendeu uma visão geral distinta sobre a natureza da responsabilidade moral, examinando o que torna apropriado direcionar atitudes reativas em relação a alguém. Posições sobre responsabilidade moral baseados em atitudes reativas motivaram a discussão em outra direção, a qual foca em como realmente se caracterizam nossas atribuições ordinárias de responsabilidade moral e que não precisa se

³ “(...) a fully responsible agent (...) They do not suggest that the agent is in any way an inappropriate object of that kind of demand for goodwill or regard”.

preocupar com as questões teóricas que ocuparam a discussão por tanto tempo.

Um dos filósofos que desenvolveu uma posição mais detalhada nessa direção foi R. Jay Wallace (1994). Nela, em um acréscimo importante, Wallace esclarece como atitudes reativas se relacionam com *normas morais*. Segundo ele, as atitudes reativas se diferenciam das demais emoções pelo fato de estarem essencialmente ligadas a expectativas. Atitudes como raiva, ressentimento, gratidão e orgulho, por exemplo, são constituídas por uma forma distinta de avaliação, que ele denomina de “*quasi-avaliação*” (*quasi-evaluation*) (p. 19). Não se pode sentir ressentimento sem sujeitar alguém a uma expectativa ou demanda e sem que se acredite que uma expectativa ou demanda foi violada ou satisfeita. Ou seja, as atitudes reativas só podem ser explicadas pela presença de *crenças normativas*. É o que faz com que atitudes reativas sejam sobre demandas morais, especificamente, não é seu conteúdo emocional por si só, mas o *tipo* de crença que também é integrante da atitude e o tipo de justificação que se pode ter sobre essa crença. Se sinto raiva porque a pia da cozinha vive vazando ou orgulho porque meu time ganhou um torneio de futebol, as exigências relacionadas a essas atitudes não têm nada a ver com crenças morais ou uma justificativa moral que eu possa ter para elas. Porém, sentir vergonha porque minha equipe trapaceou, raiva porque a pessoa que contratei para consertar o vazamento mentiu para mim sobre o conserto, ou orgulho porque minha mãe ajudou um homem necessitado, são atitudes que surgem a partir de crenças de que um tipo específico de norma foi violada ou cumprida: normas morais. Para Wallace, então, as atitudes reativas são explicadas pela crença de que certa norma foi violada ou cumprida. Considerar um agente responsável é apenas colocá-lo sobre certas expectativas e torná-lo suscetível a uma gama de atitudes que surgem em decorrência do cumprimento ou violação delas, e essa responsabilidade é de um tipo moral quando as atitudes reativas são uma resposta a uma norma moral.

Atitudes reativas e avaliação epistêmica

O trabalho de Strawson configurou uma virada na abordagem teórica da responsabilidade moral no sentido em que gerou uma mudança fundamental de foco para nossas práticas existentes. Ao fundamentar esse conceito na estrutura interna de nossas práticas, podemos abandonar o terreno teórico usual em que tentamos estabelecer o que torna as atribuições de responsabilidade *apropriadas* e o que as torna *inadequadas*. A prioridade

explicativa não parte de uma noção teórica independente de responsabilidade em direção à avaliação de nossas atribuições reais; em vez disso, é o contrário. O *insight* fundamental aqui é o de que nossas práticas de avaliação moral são descritas erroneamente quando são caracterizadas como dependentes de tais critérios teóricos. Isso seria uma descrição superintelectualizada. Nossas práticas de avaliação moral são, na verdade, constituídas por atitudes reativas naturais. Tollefsen, por sua vez, propõe que, assim como nossas práticas reais de avaliação moral são constituídas por atitudes reativas, o mesmo ocorre com nossas práticas reais de avaliação *epistêmica*.

Em diversos contextos, nossas avaliações das performances epistêmicas de agentes são frequentemente acompanhadas por emoções particulares. Considere a seguinte situação: você pede ao seu advogado aconselhamento jurídico a respeito de um problema no trabalho. Ele o ajuda com prontidão e confiança. Você segue seus conselhos e não toma medidas legais sobre o assunto, mas depois descobre que abster-se de agir implica na perda de direitos e privilégios importantes. Você pode reagir a essa ação de maneiras diferentes, dada a especificidade da situação. Você pode sentir raiva do quanto o conselho dele lhe custou, sentir-se desapontado, ou até mesmo sentir perdão em relação a ele. No entanto, outro tipo de reação também é perfeitamente adequado aqui. Você pode reagir à situação também em termos de seu aspecto epistêmico. Como ele poderia estar tão *errado*? Como ele pôde *ignorar* fatos importantes como esses? É difícil não sentir algo como *menosprezo* por ele, afinal ‘ele já deveria saber mais do que isso’. No entanto, esse sentimento é sobre uma questão epistêmica, é sobre *menosprezar* ele epistemicamente, de uma forma que independe de considerações morais. Sim, ele deveria ter *agido* melhor, mas a avaliação sobre o que ele *sabe* é um domínio válido de avaliação por si só.

Alguém pode resistir a essa proposta de início motivado pela ideia de que o caso epistêmico não é realmente análogo ao caso moral uma vez que esta último é repleto de atitudes reativas fortes como desprezo e ressentimento e que não é fácil conceber o mesmo tipo de coisa ocorrendo em contextos meramente epistêmicos, contudo, não é difícil perceber que esses sentimentos, assim como no caso moral, podem vir em diferentes tonalidades e cores. Pense, por exemplo, em outros casos como os que se seguem. Depois de passar um semestre inteiro ensinando sobre a epistemologia e psicologia dos vieses cognitivos, um de seus alunos de graduação que frequentou o curso demonstra uma crença extremamente desinformada e preconceituosa em uma conversa pessoal; em uma discussão com colegas da mesma profissão, você defende uma certa visão ao afirmar que *p* é um fato, mas seus colegas

informam que essa ideia se mostrou falsa há muito tempo e a razão pela qual é falsa torna-se muito clara para você. Seria natural sentir-se *desapontado*, em algum grau, com o aluno, de quem você esperava algo diferente. Seria natural sentir *vergonha*, em algum grau, de si mesmo. Dada a sua profissão, você possivelmente sentiria que deveria saber mais e eu certamente ficaria preocupado com o fato de meus colegas agora terem menos respeito por mim, mesmo que eu tivesse certeza de que eles me considerem uma boa pessoa. Situações específicas também podem desencadear atitudes distintas de aprovação e reprovação, tanto sentimentos mais intensos como desprezo e orgulho, como sentimentos mais sutis, como reverência, receio, respeito, descaso, etc., as quais, é claro, ainda precisariam ser melhor exploradas em desenvolvimentos posteriores da abordagem.⁴

Assim, embora possamos estar acostumados a pensar que emoções como essas surgem em resposta à uma avaliação moral, esses exemplos mostram que elas também podem surgir em nossas práticas de avaliação epistêmica. As expectativas ou demandas sobre as quais mantemos outros nesses casos são de um tipo epistêmico. Portanto, segue-se o argumento, existem tais coisas como *atitudes reativas epistêmicas*. Precisamente, Tollefsen não está sugerindo que existem atitudes que são exclusivamente epistêmicas, em vez disso, seguindo a descrição de Wallace de atitudes reativas como emoções que são instanciadas⁵ por violações ou cumprimento de normas, sua afirmação é que existem atitudes reativas que ocorrem em resposta a normas epistêmicas ao invés de normas morais ou de outro tipo. Assim, ser epistemicamente responsabilizável é apenas ser suscetível à gama de atitudes às quais somos suscetíveis quando nos relacionamos com outras pessoas e quando acreditamos que uma expectativa epistêmica foi violada ou cumprida, ou acreditar que tais atitudes seriam apropriadas.⁶

Se Tollefsen está certa, então uma espécie de abordagem strawsoniana do conceito de responsabilidade epistêmica se segue desta consideração. Recentemente, como mencionamos acima, o debate em torno desse conceito tem se concentrado em discussões sobre agência epistêmica e

⁴ A proposta discutida aqui não implica que toda forma de avaliação epistêmica requer atitudes reativas, mas apenas que atitudes reativas por si mesmas constituem uma forma de *responsabilização* epistêmica.

⁵ O termo de Wallace, rigorosamente, é "excited".

⁶ Pode-se perguntar aqui se o que torna alguém epistemicamente responsável, então, é a própria norma epistêmica. Está aberto à especulação se existe mais de um tipo de responsabilidade epistêmica, mas de acordo com a abordagem que está sendo discutida aqui, um agente só pode ser devidamente responsabilizado por falhar ou cumprir uma norma epistêmica se ele for o alvo apropriado de atitudes reativas. Ou seja, as condições para que alguém seja epistemicamente responsável são as mesmas que definem se alguém é o alvo apropriado de atitudes epistêmicas reativas.

se divide entre discussões sobre agência doxástica – ações envolvidas na formação de crenças; e agência reflexiva – a capacidade e autoridade que temos para refletir sobre nossas próprias crenças. Os obstáculos teóricos para essas ideias incluem alguns argumentos conhecidos, como o que vai contra a ideia de voluntarismo doxástico (ALSTON, 1988), além de razões empíricas para duvidar de que a reflexão tenha mesmo a autoridade atribuída a nós pelos defensores da agência reflexiva (KORNBLITH, 2012). Portanto, temos aqui um cenário análogo àquele sobre responsabilidade moral, onde, de acordo com certa visão, responsabilidade epistêmica é considerada uma condição dependente de certas verdades teóricas sobre agência, e onde também temos outros filósofos defendendo formas particulares de compatibilismo entre responsabilidade epistêmica e a falsidade de tais teses teóricas (ADLER, 2002; FELDMAN, 2000; KORNBLITH, 2012). A ideia de atitudes epistêmicas reativas coloca na mesa outra forma de compatibilismo.

Nossas práticas de sujeitar os outros a demandas epistêmicas têm sua própria lógica interna. Não direcionamos nossas expectativas indiscriminadamente. Em vez disso, entendemos que existem situações em que não é apropriado responsabilizar terceiros. Tollefsen observa, por exemplo, que existem desculpas ou condições locais e isentantes ou condições globais para responsabilizar as pessoas epistemicamente, assim como existem para culpar ou elogiar moralmente as pessoas. Se eu descobrir que o raciocínio de meu advogado foi prejudicado porque ele estava sob a influência de um forte medicamento, meu menosprezo cairá drasticamente ou desaparecerá. Por outro lado, se uma aluna sob minha supervisão tem um desempenho ruim em uma prova que se relaciona precisamente com o tema de sua pesquisa porque ela está muito preocupada com um problema pessoal, não ficarei desapontado, mas sentirei algo semelhante à compaixão ou perdão. Isso ocorre porque essas atuações são perfeitamente explicadas por algo particular de suas situações, certas condições que as justificam e que fazem com que elas não constituam alguma falta pessoal. Além disso, também entendemos que não é apropriado sentir decepção ou desprezo, por exemplo, contra crianças pequenas e pessoas com deficiências permanentes por motivos mais fundamentais. Uma vez que eles não têm a mesma capacidade de cumprir as demandas epistêmicas que normalmente exigimos das pessoas, é simplesmente inapropriado mantê-los sob as expectativas e demandas epistêmicas colocadas por atitudes reativas. Eles estão isentos dessas demandas e expectativas.

Esta abordagem também tem virtudes explicativas sobre o papel que normas epistêmicas exercem. Atitudes epistêmicas reativas podem explicar como as normas epistêmicas são de fato reforçadas em uma comunidade

epistêmica ou impelidas a novos membros. Atitudes como culpa, orgulho e vergonha, por exemplo, são essenciais para o bom funcionamento de uma comunidade porque promovem o comportamento pró-social de seus membros (PRINZ, 2007), e atitudes epistêmicas reativas são o tipo específico de coisa que poderia promover conformidade com as normas epistêmicas de uma comunidade. A conformidade com essas normas é alcançada por membros da comunidade formando expectativas sobre o comportamento epistêmico das outras pessoas e mantendo-as sob tais expectativas. Estar sob desaprovação epistêmica, ou antecipar essa desaprovação, é algo ruim, e estar sob aprovação epistêmica, ou antecipá-la, é algo bom, e é por isso que estamos realmente motivados a internalizar, ajustar ou reforçar as normas epistêmicas de nossa comunidade.

Dado o papel que atribuí às atitudes reativas e os critérios de adequação que as acompanham, podemos caracterizar esta posição compatibilista como sendo constituída pelas duas teses a seguir:

(i) *A tese constitutiva*: Um agente é epistemicamente responsabilizável caso seja o alvo apropriado de atitudes epistêmicas reativas.⁷

(ii) *O critério prático de avaliação epistêmica*: Uma atitude reativa é apropriada caso não haja condições desculpantes ou isentantes para o agente.

Esta é uma visão interessante e promissora. De acordo com o debate recente, a falta de controle doxástico ou autoridade reflexiva implicaria que não há sentido em responsabilizar outros epistemicamente, mesmo nos casos em que faltam quaisquer justificativas para uma crença ou quando o raciocínio é obviamente tendencioso, por exemplo. Mas a visão proposta fornece uma alternativa teórica para aqueles que não são compelidos à conclusão pessimista de que devemos desistir da ideia de considerar alguém epistemicamente responsável.⁸ Além disso, ela se encaixa muito facilmente com uma visão filosófica naturalista, tornando o conceito de responsabilidade epistêmica de

⁷ É possível fazer uma interpretação forte e uma interpretação fraca desta tese. A interpretação forte é a de que toda forma de responsabilização é constituída por atitudes reativas, enquanto a fraca é a de que uma atitude reativa é suficiente para constituir uma forma de responsabilização. Nós estamos comprometidos aqui apenas com a interpretação fraca desta tese.

⁸ Perceba que esta abordagem não diz nada sobre um sentido não muito distante, mas diferente, de ser epistemicamente responsável, *i.e.*, o de responsabilidade como uma qualidade pessoal. Dizemos que um agente é responsável neste outro sentido quando queremos dizer que, no geral, ele é uma pessoa cuidadosa, atenta a sua conduta e suas consequências, confiável, etc. Não tratarei aqui se uma abordagem em termos de atitudes reativas possa responder o que é ser epistemicamente responsável nesse sentido sem também apelar à noção de agência epistêmica.

alguma forma constituído pelos estados disposicionais das pessoas e não por alguma propriedade metafísica misteriosa. Todavia, ao menos duas objeções iniciais podem ser levantadas quanto a essa forma de compatibilismo. A primeira delas objeta que o critério de responsabilidade encontrado em nossas práticas não é realmente conceitualmente independente das considerações de agência relacionadas a controle, o que poderíamos perceber ao olharmos atentamente para os casos em jogo nas nossas práticas de responsabilização e, portanto, não haveria qualquer avanço teórico nesta proposta. A segunda objeção diz respeito à própria natureza de normas epistêmicas: uma abordagem de responsabilidade epistêmica em termos de atitudes reativas implicaria a visão problemática de que normas epistêmicas se reduzem a normas sociais. Considerarei essas objeções a seguir, refutando suas preocupações.

Que conceito de responsabilidade?

A ideia central do compatibilismo aqui discutido é a de que nossas práticas fornecem uma maneira de entender a responsabilidade epistêmica que é distinta e independente dos padrões teóricos que aparecem nas discussões tradicionais sobre o assunto. Por exemplo, uma premissa comum em discussões sobre responsabilidade de ação é que falar sobre culpabilidade por uma ação requer que o agente tenha a opção legítima de agir de outra forma. Não podemos culpar uma pessoa por fazer *a* se ela realmente não pudesse evitar fazer *a*. William Alston (1988) aplicou esse *insight* quando discutindo o deontologismo de justificação e a ideia de crença culpável afirmou que não temos controle voluntário sobre nossas crenças ou julgamentos, portanto, as pessoas não podiam ser *diretamente* responsabilizadas por suas crenças ou julgamentos. Posições que adotam esse insight, então, vinculam a responsabilidade epistêmica ao mesmo grau de agência que torna apropriado nos responsabilizar por nossas ações ordinárias, enquanto outros filósofos, por sua vez, tentam salvar nossa liberdade epistêmica localizando-a em um lugar diferente do ato voluntário da vontade.⁹

Isso ilustra a existência de uma suposição compartilhada entre discussões epistemológicas e certas discussões tradicionais sobre responsabilidade: o conceito de responsabilidade (moral ou epistêmica) depende de nosso controle real sobre nosso comportamento (moral ou

⁹ Ernest Sosa (2004), por exemplo, o localiza em nossa capacidade reflexiva, segundo o qual "a reflexão auxilia na agência e no controle da conduta de toda a pessoa" (p. 292).

epistêmico). Existem divergências sobre que tipo de controle é necessário e se temos ou não tal controle, mas isso não muda a suposição básica de que existiria uma condição adequada de *controle* que o agente deve satisfazer para receber culpa ou admiração. Então, análogo ao que acontece na literatura sobre responsabilidade moral, uma variedade presumível de incompatibilismo é caracterizada por qualquer posição que entenda que responsabilidade epistêmica requer que nossos estados epistêmicos sejam livres exercícios de nossa agência e entenda agência fundamentalmente em termos de controle. Se não temos o controle requerido sobre nossos estados e atitudes epistêmicas, então não existe tal coisa como responsabilidade epistêmica. Mas é mesmo o caso que o conceito de responsabilidade que a abordagem em discussão neste artigo defende estar fundamentado em nossas práticas é realmente diferente desse outro presumido nas discussões mais tradicionais? Como, exatamente, deveríamos entender responsabilidade dessa perspectiva fundamentada em nossas práticas?

Certas concepções compatibilistas de fato adotam um conceito de responsabilidade que é independente de considerações de controle. Richard Feldman (2000), por exemplo, argumenta que as obrigações que regulam a crença são de um tipo diferente das obrigações que regulam nossas ações e que elas vêm de certos *papéis* que temos enquanto portadores de crença. Alguém é *cobrável* por suas crenças se ela desempenha certo papel, independentemente de suas crenças resultarem de alguma capacidade de controle direto. Por exemplo, se de repente me oferecem o cargo de ministro da saúde e eu aceito a proposta, esse papel me obriga a saber certas coisas sobre saúde pública, só acreditar no que a comunidade médica internacional estabelece, *etc.* Não há condições que me desculpem ou isentem por ignorar algumas das coisas que esse cargo me coloca a responsabilidade de conhecer. O conceito de responsabilidade em jogo aqui, portanto, é um definido independente de considerações sob controle doxástico ou sobre outras atitudes epistêmicas. No entanto, é duvidoso que responsabilidade epistêmica se *reduza* as obrigações que acompanham algum papel que assumamos (KORNBLITH, 2002; LEVY, 2007) e, mais importante aqui, esta proposta está muito distante de uma abordagem compatibilista com ênfase em atitudes reativas para que possua o mesmo conceito de responsabilidade.

À primeira vista, o incompatibilismo que ensejamos acima pode parecer equivalente à uma influente concepção que entende responsabilidade moral em termos de *atribuibilidade* (*attributability*), uma vez que esta entende responsabilidade intrinsecamente como um exercício de agência de seu protagonista (WATSON, 1996). Grosso modo, alguém é responsável por *a*

somente se *a* é atribuível a quem esta pessoa *é*, se *a* é uma expressão de seu *caráter* e, portanto, resulta dos compromissos e valores centrais deste indivíduo, ou simplesmente, de seu *eu profundo* ou *real* (*deep self, real self*) (WATSON, 1996). Se uma instância de comportamento não reflete este eu, como um impulso aleatório, ou uma decisão em um estado alterado de consciência, então ela não é um reflexo de sua agência e o indivíduo não é responsabilizável por ele. Agentes que possuem suas capacidades agências permanentemente prejudicadas e não possuem comportamento atribuível a um eu profundo, como as que possuem danos cognitivos severos, não podem sequer ser incluídos no jogo de responsabilização.

Pensando no caso epistêmico, se a capacidade relevante para atribuíbilidade envolve controle doxástico ou reflexivo, então o incompatibilismo em jogo de fato adota esta concepção de responsabilidade e o que precisamos determinar é se a concepção de responsabilidade embutida em um compatibilismo voltado para atitudes reativas epistêmicas é realmente distinta. Essa é uma má interpretação, todavia. Embora a visão de atribuíbilidade entenda responsabilização necessariamente como uma atribuição de agência isso não equivale a dizer que agência é constituída por controle direto. Isso fica mais claro quando olhamos com mais cuidado o que é constitutivo desse eu real.

O tipo de julgamentos de culpa e de louvor representativos de atribuíbilidade vem do que Gary Watson chama de uma *perspectiva aretaica* (WATSON, 1996, p. 231). Quando responsabilizamos alguém por *a* nosso foco está no quanto *a* é atribuível a *excelências* e *defeitos* dessa pessoa. No entanto, esse tipo de avaliação não mira apenas coisas como *virtudes* e *vícios*, mas os próprios *compromissos avaliativos* de alguém, sua adoção de certos fins e valores. As capacidades cruciais para atribuíbilidade envolvem tanto a formação de traços de caráter virtuosos e viciosos, como a capacidade de alguém se comprometer com certos valores e fins, e conduzir sua vida a partir deles. É isso que torna elogioso um ato generoso (atribuível a um traço de generosidade ou um compromisso pessoal com o fim de distribuição de bens) e criticável a escolha de permanecer em um emprego banal indo contra o seu sonho (quando ela ofende um compromisso de valor existente e a capacidade de alguém agir de acordo com seus fins). Mas para que *a* seja atribuível a um eu real, não é necessário que esse eu esteja *causando* diretamente *a*, ou esteja sob controle direto de seu agente, mas simplesmente que ele *expresse* esse eu real. Uma vez que alguém já assumiu um compromisso de valor como o de ajudar os mais necessitados, por exemplo, não é o caso que alguém pode decidir nesse momento não mais se importar com os mais necessitados, e o seu se

importar, apesar de não estar sobre seu controle direto, continua sendo uma expressão de seus compromissos avaliativos e de quem ele é como um agente.

Um conceito de responsabilidade como atribuíbilidade, portanto, não obviamente torna a proposta compatibilista da variedade em análise aqui comprometido com um princípio de controle. Ao contrário, uma concepção como esta é uma clara candidata para uma forma de compatibilismo entre responsabilidade e a não satisfação de um princípio de controle. Todavia, Tollefsen, ela mesma, não parece compreender sua proposta em termos de atribuíbilidade. Ao contrário, ela se aproxima de uma interpretação de responsabilidade em termos de *ser interpelável (accountability)* quando enfatiza a ideia de *competência normativa epistêmica*:

[C]ompetência normativa da variedade moral é exibida na possibilidade de interpelação moral. Da mesma forma, a reflexão sobre as condições isentantes e desculpantes em jogo em nossas práticas de avaliação epistêmica sugere que há uma forma de competência epistêmica que está na raiz de nossas práticas de responsabilizar outras pessoas epistemicamente – a habilidade de compreender normas epistêmicas e a apreciação de como elas se aplicam às crenças e práticas formação de crença de alguém. Tal competência é revelada no que pode ser chamado de capacidade para interpelação epistêmica – o dar e receber razões. Essas práticas de colocar em questão, pedir por evidência, e examinar fontes são as bases das práticas justificatórias constitutivas de comunidades epistêmicas¹⁰. (TOLLEFSEN, 2017, p. 361)

A noção de competência normativa é mencionada por Susan Wolf justamente ao criticar visões em termos de “eu real” (WOLF, 1990). Em sua crítica, Wolf argumenta que esse tipo de proposta deixa de fora uma dimensão crucial de responsabilidade relacionada a tal competência e a qual fica saliente quando avaliamos os próprios valores e fins de alguém. Uma capacidade crucial para responsabilidade, portanto, é a capacidade que agentes têm para assumir os valores e compromissos certos, “*a habilidade de formar, avaliar e revisar esses valores com uma base no reconhecimento e apreciação (...) do Verdadeiro e do Bom*” (p.

¹⁰ “[N]ormative competence of the moral sort is exhibited in the possibility of moral address. Likewise, reflection on the exempting and excusing conditions at play in our practice of epistemic appraisal suggests that there is a sort of epistemic competency that is at the root of our practice of holding others epistemically responsible—the ability to understand epistemic norms and an appreciation of how they apply to one’s beliefs and belief-forming practices. Such competency is revealed in what might be called the capacity for epistemic address—the giving and taking of reasons. These practices of calling to question, asking for evidence, and scrutinizing sources are the bases of the justificatory practices that are constitutive of epistemic communities”.

117)¹¹. O ponto é que competência normativa é entendida como uma forma de *autoridade* e, portanto, controle que um agente possui sobre o conteúdo dos próprios valores e fins. Ela envolve a compreensão das bases por trás de nossas demandas morais e que explica a racionalidade em colocar outros sob essas demandas (porque possuem a capacidade de compreendê-las). É esta capacidade que constitui a concepção de responsabilidade como a propriedade de ser interpelável (*accountability*). Mas se Tollefsen compreende responsabilidade em termos de ser interpelável, como sua proposta pode tratar de um critério independente das questões tradicionais sobre controle?

Agora, uma possível objeção contra esta abordagem pode ser colocada da seguinte forma: mudar o foco para nossas práticas não fornece uma mudança teórica substancial porque o que explica os critérios que usamos em situações comuns são considerações de controle, afinal. Poderíamos dizer outra coisa senão que seria *injusto* manter aqueles em condições de isenção sob as mesmas exigências que mantemos outras pessoas? E poderíamos explicar essa injustiça sem uma noção do que eles podem e não podem fazer? Parece que não e, portanto, isenção é uma questão de competência (*accountability*) adequada, e o mesmo deve ser dito com relação a condições desculpantes. O que explica o fato de alguém ser desculpável em certas situações se deve a algo que afetou sua condição normal de agente epistêmico nessas situações de forma que sua competência normativa está temporariamente prejudicada. A única aparente diferença entre o contexto ordinário e o teórico é que os padrões no primeiro são irrefletidos e *frouxos*, então não podemos afirmar que haja uma diferença entre *tipos* de responsabilidade. Acontece apenas que somos imprecisos em situações ordinárias. Caso refletíssemos sobre esses, as mesmas necessidades de precisão e dificuldades teóricas surgiriam.

De forma semelhante, alguém pode questionar se a posição que está sendo aqui discutida trata realmente de responsabilidade *epistêmica*, uma vez que o foco em nossas práticas, além de não escapar realmente de condições de controle para responsabilidade, trata de atitudes, competências, comportamentos, etc., que não consistiriam em atitudes ou estados epistêmicos em si mesmos, como conhecimento, crença justificada, entendimento, etc. Um voluntarismo indireto, por exemplo, pode admitir os argumentos de Alston contra a ideia de voluntarismo doxástico, mas insistir na observação de que existe uma série de coisas que podemos fazer para que nossos estados doxásticos sejam mais propícios a serem bons estados epistêmicos, algo admitido pelo próprio Alston. “Certamente temos controle

¹¹ “(...) the ability to form, assess, and revise those values on the basis of a recognition and appreciation of (...) the True and the Good”.

voluntário sobre se devemos continuar procurando evidências ou razões, e controle voluntário sobre onde procurar, quais passos tomar, e assim por diante” (ALSTON, 1988, p. 270)¹². As normas que dizem respeito à responsabilidade epistêmica, um voluntarista indireto pode defender, tratam de atitudes e comportamentos os quais podem *indiretamente* moldar nossos estados doxásticos. Ora, uma vez atitudes reativas ajudam a regular e moldar o comportamento de indivíduos, não é então o caso que a proposta de Tollefesen simplesmente equivale a esse tipo de voluntarismo indireto e que a responsabilidade em questão é apenas indiretamente epistêmica?¹³

Sobre este questionamento, podemos responder imediatamente o seguinte: há duas diferenças importantes entre esta abordagem e um voluntarismo indireto. Em primeiro lugar, o voluntarismo indireto, assim como qualquer incompatibilismo, parte do pressuposto de que o que importa para responsabilização é o controle, por isso sua ênfase no tipo de *controle* indireto que teríamos sobre nossos estados doxásticos. A abordagem em jogo pretende justamente se desvencilhar dessa premissa básica. Nesse sentido, a acusação de que ela se reduz a alguma forma de voluntarismo equivale à objeção de que tratamos nesta seção e a qual respondemos abaixo. Além disso, uma abordagem em termos de atitudes reativas permite que estados doxásticos ou outros estados epistêmicos, sejam sim alvos de responsabilização. Como os exemplos anteriores sugerem, podemos nos sentir envergonhados por termos *acreditado* em certa proposição falsa, ou por termos *ignorância* sobre certo fato, podemos sentir desapontamento pela falta de *entendimento* de um conhecido sobre certo assunto, ou orgulho pelo *conhecimento* de alguém. Do ponto de vista dessa proposta, esses casos consistem em formas de responsabilização *direta* por tais estados epistêmicos. De toda forma, também é argumentável que é muito restritivo reservar a qualificação de ‘epistêmico’ apenas para os *outputs* de processos de raciocínio, investigação, reflexão, etc. Outra forma possível de pensar o escopo de ‘epistêmico’ inclui também toda forma de *atividade* cujos fins são de ordem epistêmica (em contraste a fins morais, estéticos, práticos, etc.), assim como *avaliações* cujos valores de fundo são epistêmicos. Dessa forma, o tipo de responsabilidade dessa teoria não deixa de ser epistêmico apenas porque atitudes moldam o *comportamento* das pessoas que são alvo delas.

E quanto à ideia de que não há realmente uma mudança teórica significativa aqui e que ainda não nos livramos da premissa sobre a necessidade de controle? Eu tenho duas considerações a fazer sobre essa tentativa de

¹² “One certainly has voluntary control over whether to keep looking for evidence or reasons, and voluntary control over where to look, what steps to take, and so on”.

¹³ Agradeço a um parecerista anônimo por salientar este ponto.

crítica. Em primeiro lugar, eu acredito que esta não é uma objeção válida porque ela não faz jus ao argumento compatibilista em questão. O *insight* compatibilista aqui não é apenas que nossas práticas contêm seu próprio padrão relaxado da propriedade de ser interpelável, mas que elas têm um *fundamento lógico* adequado, explicado por sua *natureza social*. O próprio ato de responsabilizar terceiros possui uma natureza social que explica sua existência e funcionamento. Eles existem porque desempenham um papel na regulação de certos aspectos do comportamento das pessoas e funcionam sendo motivacionais em sua essência. Não podemos evitar *estar em e nos importar* com relações interpessoais por causa de nossa constituição social. Isso torna a prática inevitável, e podemos perceber isso ao refletir sobre as razões pelas quais não podemos realisticamente assumir uma postura objetiva permanente em relação aos outros. No entanto, isso não significa que os padrões da prática sejam arbitrários. Ao contrário, sua natureza social gera uma lógica interna para quando é apropriado enaltecer ou culpar alguém. Nossa psicologia não apenas exige que participemos disso, mas é altamente sensível quanto a uma participação adequada.

Em segundo lugar, o fato de Tollefsen se aproximar da concepção de ser interpelável (*accountability*) não limita a abordagem em questão a uma única concepção de responsabilidade. O ponto do parágrafo acima é que o conceito de responsabilidade de uma abordagem com foco em atitudes reativas é um que está autocontido em nossas práticas de responsabilização. Todavia, não há nada aqui que implique que exista um único conceito de responsabilidade presente nessas práticas. De fato, o foco em atitudes reativas pode ser usado para defender uma forma de *pluralismo* sobre responsabilidade. É isto, no fim das contas, que Watson (1996) faz quando responde a crítica de Wolf (1990). Sua ideia é que não deveríamos pensar em atribuíbilidade como uma teoria superficial de responsabilidade, mas que atribuíbilidade e ser interpelável são diferentes *dimensões* de responsabilidade. Mais recentemente, David Shoemaker (2015) defende que atribuíbilidade, ser interpelável e *responsabilidade* (*answerability*) são conceitos independentes de responsabilidade, distinguidos pelos diferentes alvos que nossas atitudes reativas possuem em cada um desses tipos. Grosso modo, nossas atribuições de atribuíbilidade, responsabilidade como interpelação e responsabilidade miram, respectivamente, *qualidade do caráter*, *qualidade da consideração* (*regard*), e *qualidade de julgamento*, e a condições para responsabilização, assim como as atitudes reativas típicas para cada alvo, são distintos para cada uma dessas dimensões.

Se responsabilidade epistêmica envolve cada uma dessas dimensões, e se elas são cobertas por uma abordagem em termos de atitudes reativas, é uma

discussão que não cabe neste artigo, mas defendo que há no mínimo fortes razões para defender o caso de atribuíbilidade. Como dissemos, avaliações de atribuíbilidade partem de uma perspectiva aretaica, uma responsabilização que atribui uma ação ou atitude à uma qualidade ou defeito dos elementos constitutivos do caráter do agente. Não é surpresa, portanto, que esta concepção se encaixe perfeitamente com a abordagem *responsabilista* da *epistemologia das virtudes*, que define *virtudes* e *vícios intelectuais* em termos de traços de caráter adquiridos¹⁴. Uma vez que comportamentos intelectuais expressam traços subjacentes de seus agentes como *mente aberta* ou *fechada*, *humildade* ou *arrogância intelectual*, *coragem intelectual*, *meticulosidade*, etc., a reprovação ou aprovação com que respondemos a esses comportamentos parecem candidatos perfeitos de casos de atribuíbilidade epistêmica, se algum caso o é. Em adição, uma vez que atribuíbilidade não requer controle direto, poderíamos explicar como comportamento virtuoso e vicioso é perfeitamente responsabilizável. Eu vejo, portanto, como uma vantagem a esta forma de compatibilismo o fato que sua proposta, à princípio, pode ser estendida a mais de um tipo de responsabilidade.

Deixe-me incluir, por fim, algo nesta seção sobre os padrões de nossas práticas. Um compatibilista pode muito bem admitir que os padrões que explicam as condições desculpáveis e isentantes envolvem condições de controle, talvez para certo tipo de responsabilidade epistêmica, mas ele deve insistir que há uma direção explicativa correta. Devemos olhar para nossas práticas para entender o que determina o padrão correto de controle, cuja existência é garantida por *default*, e não buscar primeiro um parâmetro teórico existindo independente de nossa realidade prática, para então olhar para nossas práticas e avaliar se elas satisfazem tal padrão – um compatibilista mais provocativo diria que esse padrão justamente é que deveria ser considerado arbitrário. Acho que é seguro dizer, de toda forma, que os padrões de controle para condições isentantes não são muito exigentes. Eu entendo que quando Tollefsen fala vagamente de “competência epistêmica” (p. 361) e “capacidade para tratamento epistêmico” (p. 360) isso significa que para que alguém seja o alvo adequado de atitudes reativas, no sentido mínimo de que ele ou ela não está isento delas, ele ou ela deve ser um *agente racional regular*, capaz de coisas como participar de conversas e ser normalmente sensível a razões, por exemplo. Esta é uma descrição muito grosseira, é claro, mas serve apenas para apontar que ser suscetível a atitudes reativas é, de fato, uma propriedade bastante inclusiva.

¹⁴ Para uma explicação compreensível do que é a concepção *responsabilista* da *epistemologia das virtudes*, em comparação a outras concepções, ver: BATTALY (2018).

Compatibilismo e normas epistêmicas

Alguém pode neste ponto objetar que a tentativa de definir responsabilidade epistêmica em termos de critérios de nossas práticas correntes torna este conceito excessivamente permissivo em um outro sentido. Atitudes reativas, pelo menos parte delas, respondem a normas epistêmicas, mas o foco dessa abordagem em nossas práticas reais vincula normas epistêmicas a outras normas às quais somos de fato responsivos, normas que regulam nosso comportamento e sob as quais mantemos outras pessoas ao torná-las alvos de nossas atitudes reativas¹⁵. Não é surpreendente, portanto, que a proposta de Tollefsen se encaixa bem com uma visão social sobre a natureza de normas epistêmicas. Uma *norma social*, como assumirei aqui seguindo Philip Pettit, é uma norma com a qual alguma população está em conformidade e que é prescrita por seus membros através de suas atitudes de aprovação e desaprovação (PETTIT, 1990). Assim, uma possibilidade é que esta proposta esteja comprometida com uma tese *reducionista* como esta:

(iii) *A visão reducionista sobre normatividade epistêmica*: Normatividade epistêmica se reduz a normatividade social. Elas são constitutivas de práticas sociais particulares que regulam aspectos epistêmicos de nosso comportamento.

Esta tese é análoga ao behaviorismo epistemológico preconizado por Richard Rorty (1979), segundo o qual não há normatividade epistêmica independente de contexto. Se o assumirmos, então toda norma epistêmica é definida de acordo com algum contexto social particular, e se alguém é epistemicamente responsável é algo sempre determinado por seu contexto social particular. Uma observação sugestiva nesse sentido é que somos de fato muito sensíveis a crenças particulares de terceiros e ao que elas sabem. Pense, por exemplo, no que acontece em contextos políticos e religiosos. Se você pertence a um determinado grupo político ou religioso, ou apenas tem um ponto de vista político ou religioso particular, então é natural que tenha fortes atitudes reativas em resposta a crenças específicas. Você pode sentir desprezo,

¹⁵ Essa ênfase sobre *normas* é uma consequência da aproximação de Tollefsen à concepção de responsabilidade como ser interpelável. Julgamentos de atribuíbilidade, por outro lado, como o desdém a um comportamento arrogante, têm relações menos óbvias com normas epistêmicas e estão mais relacionadas ao reconhecimento de traços pessoais admiráveis e compreensíveis.

raiva ou mesmo indignação em relação às pessoas que acreditam em certas coisas que estão em oposição ao que você acredita. Esse pode ser o caso quando você ouve ou lê a opinião de alguém sobre os direitos civis da comunidade LGBTQIA+, sobre pena de morte ou o direito a greves, por exemplo. Fazer parte de certas comunidades ou populações inclui demandas normativas explícitas sobre o que *acreditar*, *saber* ou mesmo em quem *confiar*. Então, se uma regra como, digamos, “você deve acreditar que todos as greves são ruins” constitui uma norma epistêmica, e (iii) permite isso, então o número de normas epistêmicas é bastante alto, tão alto quanto o número de comunidades e grupos com regras sobre estados epistêmicos que existem mundo afora. Assim, podemos ter a situação em que um agente acredita que p , outro que acredita que $\neg p$ por um raciocínio muito mais pobre, e o estado de crença de ambos são igualmente elogiáveis porque são regulados pelas normas epistêmicas de suas comunidades particulares. A responsabilidade epistêmica é, então, diluída em uma forma forte de relativismo.

Mais uma vez, acho que essa objeção interpreta mal a proposta. Não há conexão lógica entre (i), (ii) e tal visão reducionista. A ideia de que um agente é epistemicamente responsável se ele for o alvo apropriado de atitudes que respondem às normas epistêmicas que regulam nosso comportamento não implica que toda norma epistêmica seja uma norma social. Esta é uma visão sobre em que consiste a responsabilidade epistêmica e é neutra sobre a própria natureza das normas epistêmicas. Uma norma epistêmica se torna social no momento em que uma população entra em conformidade com ela e é prescrita por seus membros. Todavia, pode haver normas epistêmicas às quais nenhuma população se conforma. Tudo o que a visão diz é que ser regulador do comportamento é constitutivo de atitudes reativas epistêmicas. Ela não diz o mesmo das normas epistêmicas.¹⁶

Ainda assim, alguém pode questionar o que acontece em grupos ou populações que não estão em conformidade com alguma norma específica.

¹⁶ Uma consideração formal também é relevante aqui. É duvidoso que uma norma epistêmica possa ser específica quanto a seu conteúdo. Normas epistêmicas devem regular a maneira adequada de ter estados epistêmicos, mas são em sua forma livres de conteúdo proposicional. Uma regra que diz que você deve acreditar em uma proposição específica como “vacinas são ruins” não parece ser uma norma epistêmica, mas regular alguma prática social ou grupo e, portanto, trata-se em si mesma de uma regra social. Além disso, a ideia de que as normas epistêmicas devem ser livres de conteúdo não está em tensão real com o que foi dito aqui sobre atitudes reativas epistêmicas. Embora sejamos altamente sensíveis ao que exatamente os outros acreditam e sabem, ainda assim, quando sentimos desprezo epistêmico porque alguém acredita em uma proposição em específico, fazemos isso porque acreditamos que acreditar naquela proposição é uma evidência de que o agente violou uma ou mais normas epistêmicas e que o fato de ela acreditar nisso diz algo sobre seu caráter epistêmico. Uma animosidade sobre o conteúdo de uma proposição por si só não constitui uma atitude epistêmica reativa.

Suponha que “você não deve acreditar em p no caso de haver evidências de que $\neg p$ ” seja uma norma epistêmica válida. (i) e (ii) implicam que um agente é epistemicamente responsabilizável se ele acreditar que p , apesar da evidência contrária, *porque* o grupo de que faz parte não desaprova ou aprova sua crença? Não, eles não implicam isso. O que eles dizem é que uma pessoa pode ser considerada epistemicamente responsável se for o alvo adequado de atitudes reativas, mas não devemos interpretar isso como significando que uma atitude reativa deve estar *ocorrendo* ou *já ocorreu* em relação a ele. As visões de responsabilidade moral que se seguiram a Strawson não reivindicam nada parecido. Se um assassino comete um assassinato e ninguém fica sabendo disso e, portanto, ninguém reage a sua ação, ele não é menos culpado por isso. Se ele é ou não culpado, depende de ser devidamente cobrável (e punível) por isso. Da mesma forma, se nosso agente imaginário acredita que p apesar das evidências contrárias, se ele é ou não epistemicamente culpado depende apenas de ele ser o tipo de pessoa sob a qual outras pessoas podem dirigir disposicionalmente suas atitudes. Como disse na última seção, é importante ter em mente que os padrões de nossas práticas são tão amplos que incluem a maioria dos agentes cognitivos. Portanto, eu devo acrescentar, tal amplitude garante que a visão que vimos aqui não permite muita variação do que significa ser epistemicamente responsável e não nos obriga a aceitar qualquer flerte com relação ao relativismo epistêmico.

Conclusão

Eu tentei neste artigo dar sentido à visão compatibilista da responsabilidade epistêmica proposta por Tollefsen, diretamente inspirada na noção de Strawson de atitudes reativas. Tentei esclarecer alguns aspectos importantes dela abordando duas possíveis preocupações sobre a visão, a saber, como ela fornece um conceito independente de responsabilidade epistêmica e se implica alguma forma de relativismo epistêmico sobre esse conceito de responsabilidade. Argumentei que essas objeções não ameaçam realmente a abordagem proposta e que ela caracteriza uma forma consistente de compatibilismo. Defendi que uma abordagem em termos de atitude reativas é compatível com uma forma de pluralismo sobre responsabilidade epistêmica e que ao menos a noção de responsabilidade como atribuíbilidade é particularmente viável à luz dessa proposta. Por fim, tentei esclarecer que a posição avaliada não implica uma forma de reducionismo de normas

epistêmicas a normas sociais, mas que na verdade é neutra sobre a natureza de normas epistêmicas.

Referências

- ADLER, J. *Belief's own ethics*, Cambridge, MA: Bradford/MIT, 2002.
- ALSTON, W. "The deontological conception of epistemic justification". In: *Philosophical Perspectives*, 2, 1988, p. 257-299.
- BATTALY, H. "A Third Kind of Intellectual Virtue: Personalism". In: BATTALY, H. (ed.). *The Routledge Handbook of Virtue Epistemology*. Routledge, 2018, p. 115-126.
- LITTLEJOHN, C. "Objectivism and Subjectivism in Epistemology". In: MITOVA, V. (ed.). *The Factive Turn*. Cambridge University Press, 2018.
- FELDMAN, R. "The ethics of belief". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, 60 (3): 667-695, 2000.
- KORNBLITH, H. "Epistemic obligations". In: FAIRWEATHER, A.; ZAGZEBSKI, L. (eds.). *Virtue Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- KORNBLITH, H. *On Reflection*. New York: Oxford University Press, 2012.
- LEVY, N. "Doxastic responsibility". In: *Synthese* 155(1), 2007, p. 127-155.
- PETTIT, P. "Virtus Normativa: Rational Choice Perspectives". In: *Ethics* 100, 1990, p. 725-755.
- PRINZ, J. *The emotional construction of morals*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- RORTY, R. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.
- SHOEMAKER, D. *Responsibility from the margins*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SOSA, E. "Replies". In: GRECO, J. (ed.). *Ernest Sosa and his Critics*. Malden: Blackwell, 2004, p. 329-333.
- STRAWSON, P. Freedom and Resentment. *Proceedings of the British Academy*, 48, 1962, p. 1-25.
- TOLLEFESSEN, D. "Epistemic reactive attitudes". In: *American Philosophical Quarterly* 54 (4), 2017, p. 353-366.
- WALLACE, R. J. *Responsibility and the moral sentiments*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1994.
- WATSON, G. "Two Faces of Responsibility". In: *Philosophical Topics*, 24, 1996, p. 227-248.

WILLIAMS, B. “Deciding to Believe”. In: KIEFER, H. E., MUNITZ, M. K. (eds.). *Language, Belief, and Metaphysics*. Albany: Suny Press, 1970, p. 95-111.
WOLF, S. *Freedom within Reason*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

Email: arthurvlopes@gmail.com

Recebido: 05/2023

Aprovado: 03/2024